

Demonstrações Contábeis

Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

VENTOS DE SÃO RICARDO 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.365	787
Contas a receber de clientes		2.337	1.197
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		39	5
Outros ativos		516	588
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		11.257	2.577
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Imobilizado, líquido	4	215.876	212.975
Intangível, líquido		222	106
Outros ativos		-	14
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		216.098	213.095
TOTAL DO ATIVO		227.355	215.672
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	5	7.558	3.024
Imposto de renda e contribuição social a pagar		296	103
Tributos a pagar		106	38
Dividendos a pagar		3.434	56
Outras obrigações		-	34
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		11.394	3.255
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Tributos diferidos		230	120
Outras obrigações		2.238	702
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.468	822
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		212.196	180.156
Reserva de lucros		1.297	1.119
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	30.320
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	213.493	211.595
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		227.355	215.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

VENTOS DE SÃO RICARDO 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	7	26.058	3.201
Custo de produção e operação de energia	8	(21.231)	(1.672)
LUCRO BRUTO		4.827	1.529
CUSTOS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(58)	(43)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(2)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(58)	(45)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		4.769	1.484
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		309	(13)
Despesas financeiras		(580)	(2)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	9	(271)	(15)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		4.498	1.469
Imposto de renda e contribuição social correntes		(853)	(103)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(89)	(55)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	10	(942)	(158)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.556	1.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

VENTOS DE SÃO RICARDO 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.556	1.311
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	3.556	1.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

VENTOS DE SÃO RICARDO 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		107.971	-	-	-	(136)	107.835
Aumento de capital		72.185	-	-	-	-	72.185
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.311	1.311
Constituição de reserva legal		-	-	59	-	(59)	-
Constituição de reserva de investimento		-	-	-	1.060	(1.060)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(56)	(56)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	30.320	-	-	-	30.320
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6	180.156	30.320	59	1.060	-	211.595
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.720	-	-	-	1.720
Aumento de capital		32.040	(32.040)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.556	3.556
Constituição de reserva legal		-	-	178	-	(178)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.378)	(3.378)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6	212.196	-	237	1.060	-	213.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

VENTOS DE SÃO RICARDO 11 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro líquido do exercício		3.556	1.311
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização		8.283	1.349
Atualização da provisão para custos socioambientais	9	60	-
Juros sobre passivo de arrendamento	9	279	-
Provisão para custos socioambientais	9	129	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	10	89	-
Baixa de bens do ativo	4	(56)	12
		12.340	2.672
Variação de ativos e passivos operacionais		4.079	(3.914)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(551)	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(279)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		15.589	(1.242)
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(9.731)	(79.258)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(9.731)	(79.258)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Pagamentos de passivo arrendamentos (principal)		-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	1.720	30.320
Aumento de capital		-	72.185
Pagamentos contas a pagar - cessão de créditos		-	(21.252)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		1.720	81.253
<u>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		7.578	753
		787	34
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		8.365	787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Fazenda Boa Vista, com sede em Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, foi constituída em 17 de abril de 2020 e tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia é controlada diretamente pela Potengi Holdings S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A.) e pela Auren Energia S.A..

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Lelão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
São Ricardo 11	ACL	REA 9484/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	6	34,2	15,7

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças (“Transação”) por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 15 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração contábil em dezembro de 2024 no montante de R\$137 está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 11 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Numerário disponível	306	65
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada	3.096	722
Quotas de fundos de investimento (a)	4.963	-
Total	8.365	787

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média de 95,29% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (80,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	50.915	(2.180)	48.735	48.116
Máquinas e equipamentos	3,81%	174.517	(7.376)	167.141	164.859
Imobilizado em serviço		225.432	(9.556)	215.876	212.975
Bens vinculados às concessões e autorizações		225.432	(9.556)	215.876	212.975
Total		225.432	(9.556)	215.876	212.975

(b) Movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Provisão para desmobilização	Transferências (i)	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	48.419	-	-	2.496	-	50.915
Máquinas e equipamentos	165.896	-	1.318	7.303	-	174.517
Imobilizado em curso	-	9.731	-	(9.731)	-	-
Subtotal	214.315	9.731	1.318	68	-	225.432
Depreciação/Amortização	(1.340)	(8.283)	-	11	56	(9.556)
Total líquido	212.975	1.448	1.318	79	56	215.876

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Provisão para desmantelamento	Transferências (i)	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	48.419	-	48.419
Máquinas e equipamentos	15	383	319	165.195	(16)	165.896
Imobilizado em curso	133.651	79.258	-	(212.909)	-	-
Subtotal	133.666	79.641	319	705	(16)	214.315
Depreciação/Amortização	(3)	(1.349)	-	8	4	(1.340)
Total líquido	133.663	78.292	319	713	(12)	212.975

- (i) Os montantes expressivos de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$713 refere-se às transferências ocorridas de intangível para imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5. FORNECEDORES

	2024	2023
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	195	1.706
Materiais e Serviços	7.034	1.282
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	329	36
Total	7.558	3.024

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$212.196 (R\$180.156 em 31 de dezembro de 2023), composto por 212.195.712 (180.155.712 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

6.2 Aumento de Capital

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$32.040, dividido em 32.040.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A proposta foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. O aumento de capital foi realizado por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

6.3 Reserva de lucros

(a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com o determinado pelo estatuto social, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$178, através da transferência de 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários.

(b) Reserva de Investimento

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme determinado em estatuto social e disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

6.4 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 100% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$3.378.

7. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	2024	2023
Contratos de energia eólicos	26.618	1.795
Mercado de curto prazo	364	555
Outros (i)	55	921
Receita operacional bruta	27.037	3.271
(-) PIS e COFINS	(979)	(70)
(-) ICMS	-	-
Receita operacional líquida	26.058	3.201

- (i) Refere-se à multa por atraso na conclusão das obras, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

8. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos com partes relacionadas	(9.157)	-
Mercado de curto prazo	(591)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.116)	(310)
Taxa de fiscalização ANEEL	(178)	(1)
Subtotal	(12.042)	(311)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(375)	-
Depreciação e amortização	(8.274)	(1.350)
Seguros	(430)	-
Arrendamentos e aluguéis	(46)	-
Contribuições setoriais	(65)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(11)
Outras receitas (custos) operacionais	1	-
Subtotal	(9.189)	(1.361)
Total	(21.231)	(1.672)

9. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	261	21
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(37)
Outras receitas financeiras	48	3
Subtotal	309	(13)
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento	(279)	-
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(60)	-
Provisão e atualização de custos socioambientais	(189)	-
Outras despesas financeiras	(52)	(2)
Subtotal	(580)	(2)
Total	(271)	(15)

10. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

No regime de tributação pelo lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL				
Receita operacional tributável	26.275	26.275	1.155	1.155
Alíquota lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Receita presumida	2.102	3.153	92	139
Outras receitas	200	200	215	215
Base de cálculo	2.302	3.353	307	354
Alíquota:	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(345)	(302)	(46)	(32)
Adicional (10%)	(206)	-	(25)	-
Outros ajustes	(6)	6	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(557)	(296)	(71)	(32)
IRPJ e CSLL diferido	(58)	(31)	(36)	(19)
Total tributos no resultado	(615)	(327)	(107)	(51)

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	306	306	65	65	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento	3	8.059	8.059	722	722	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		2.337	2.337	1.197	1.197	Custo amortizado
Total		10.702	10.702	1.984	1.984	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	5	7.558	7.558	3.024	3.024	Custo amortizado
Dividendos a pagar		3.434	3.434	56	56	Custo amortizado
Total		10.992	10.992	3.080	3.080	

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8.365	787
Contas a receber de clientes	2.337	1.197
Total	10.702	1.984

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	7.558	-	7.558	3.024
Dividendos a pagar	-	3.434	3.434	56
Total	7.558	3.434	10.992	3.080

b.3) Risco de mercado

Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento	8.059	722
Total	8.059	722

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos equivalentes de caixa.

Equivalentes de caixa	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento	CDI	8.059	560	841	1.120	1.401	1.680
Impacto no resultado			560	841	1.120	1.401	1.680
Total da exposição líquida			560	841	1.120	1.401	1.680

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período definitivo (outubro de 2021 em diante).

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos por *constrained-off* serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ingressaram com ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subseqüentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar, o que foi concedido. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, é esperado que a CCEE divulgue em breve um calendário para reprocessamento dos ressarcimentos referentes ao período definitivo, com a apuração do ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.